



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2023-0107**

**BI-2023-0093**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 18/09/2023

**Hora:** 11:00

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Seguimento

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** Paulo M. Pires

#### **Descrição da inspeção:**

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho. A inspeção foi realizada sem aviso prévio, tendo sido efetuada no seguimento da inspeção anterior (BI-2021-0031), realizada a 21/04/2021.

No local, fomos acompanhados pela Sra. Marta Teves Duarte (funcionária da empresa).

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Gracidomus Sociedade de Construção Civil, Lda.

**NIPC/NIF:** 512036969

**Sede/morada:** Caminho das Figueiras n.º 4

**Código Postal:** 9880-312

**Freguesia:** Santa Cruz da Graciosa

**Concelho:** Santa Cruz da Graciosa

**Ilha:** Ilha da Graciosa

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Estaleiro Gracidomus

**Endereço:** Canada das Figueiras, 4

**Código Postal:** 9880-312

**Freguesia:** Santa Cruz da Graciosa

**Concelho:** Santa Cruz da Graciosa

**Ilha:** Ilha da Graciosa

**Atividade principal:** 41200 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)

**Outras atividades:** 23610 - Fabricação de produtos de betão para a construção

43991 - Aluguer de equipamento de construção e de demolição, com operador



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

47523 - Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais similares, em estabelecimentos especializados

**Período de funcionamento:** 8:00 – 12:00 e 13:00 – 17:00

**Licenciamento da atividade:** 2/DRAAC/2021



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## **2 – Situação observada**

### **2.1 – Antecedentes**

Foi efetuada uma inspeção a 21/04/2021, para verificar o cumprimento das condições estabelecidas no alvará n.º 2/DRAAC/2021 para operações de gestão resíduos, tendo-se verificado as seguintes irregularidades:

1. Resíduos são armazenados misturados e sem estarem devidamente identificados. O incumprimento das normas de armazenagem e triagem de resíduos, em violação do disposto no artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, 16 de novembro, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
2. O incumprimento das condições impostas no alvará de licença de operador de gestão de resíduos previstas no n.º 4 do artigo 91.º, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto:
  - a. Não tem painel afixado (alínea b) do ponto 4 do Alvará n.º 2/DRAAC/2021);
  - b. As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações não estão devidamente delimitadas e identificadas (alínea d) do ponto 4 do Alvará n.º 2/DRAAC/2021);
  - c. As áreas de gestão não estão delimitadas nem identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores (alínea e) do ponto 4 do Alvará n.º 2/DRAAC/2021);
  - d. Os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos não têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER (alínea f) do ponto 4 do Alvará n.º 2/DRAAC/2021);
  - e. Não dispõe de sistema de pesagem com báscula para quantificar e registar os resíduos admitidos (alínea h) do ponto 4 do Alvará n.º 2/DRAAC/2021);
  - f. Os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos, não estão registados (alínea i) do ponto 4 do Alvará n.º 2/DRAAC/2021);



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

3. A não implementação de um plano de controlo de roedores, em violação do disposto no artigo n.º 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, em conjugação com a Portaria n.º 32/2015, de 13 de março, constitui contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, punível nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, com coima cujos montantes mínimos são de 250 € e 500 € e máximos de 3 750 € e 10 000 €, respetivamente, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva;
4. A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.

O operador foi notificado para regularizar as situações identificadas.

## **2.2 – Descrição da situação observada**

Verificou-se a regularização de todas as situações, exceptuando a condição de dispor de um sistema de pesagem com báscula.

## **2.3 – Outras informações obtidas**

Relativamente à situação do sistema de pesagem, recebemos a seguinte comunicação do operador, por correio eletrónico:

“Com relação à questão sobre o sistema de pesagem para quantificar e registar os resíduos admitidos, informamos que procedemos ao contacto com a DRAAC, conforme indicação dada pelo inspetor no dia da visita, e expusemos a situação, de que não há previsão para a instalação do mesmo e que devido à instabilidade económica não temos neste momento meios para adquirir. Foi nos dito para elaborar um email a expor essa situação e uma vez que somos uma empresa de construção e só recebemos resíduos provenientes das nossas obras, podemos armazenar os nossos próprios resíduos e solicitar uma dispensa do licenciamento e assim deixamos de estar autorizados a receber resíduos de outras pessoas.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

Em suma, vamos proceder à dispensa do licenciamento de operador de gestão de resíduos, e limitar-nos a gerir os resíduos provenientes das nossas obras.”

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas irregularidades.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: